



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



do Mato Grosso. A composição da rede de atendimento do Banco conta com 129 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 5 postos de atendimento, distribuídos em 11 unidades da Federação, abrangendo a Amazônia Legal e São Paulo.

9. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes e usuários de produtos e serviços, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão. Através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) o Banco recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), facilitando o acesso às informações, assim como atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei. Os pedidos de informação podem ser feitos por pessoa física ou jurídica através do e-SIC, sistema centralizador dos pedidos, gerenciado pela Controladoria Geral da União (CGU).

Em 2016, foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 130 demandas, sendo 128 respondidas no prazo e 2 em tramitação (63 demandas em 2015, atendidas dentro do prazo). Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 53 registros de reclamações, sendo 14 reguladas procedentes, 8 reguladas improcedentes, 27 não reguladas, 1 regulada não conclusiva, 2 não reguladas canceladas e 1 em tramitação (65 registros de reclamação em 2015). Por intermédio do Sistema Ouvidor Geral do Ministério da Fazenda não foi recebido registro de demanda (2 registros de solicitação e 1 de reclamação em 2015).

10. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

As ações executadas pela área de TI tiveram como principal objetivo aparelhar o Banco com uma infraestrutura robusta, capaz de proporcionar maior agilidade na execução de seus processos de negócio e suportar os novos produtos e serviços. Destacamos o aumento da capacidade de processamento computacional do Banco, que foi elevada em quatro vezes com a modernização da plataforma Mainframe, através da implantação do novo Libra 6390.

A ação de modernização da infraestrutura de tecnologia foi acompanhada da instalação de 1.105 computadores em toda rede de atendimento e renovação de 161 terminais de caixa para as agências, contribuindo para a modernização das estações de trabalho.

Merece destaque a aquisição e implantação da nova infraestrutura de virtualização de servidores, que atenderá as demandas internas com recursos suficientes para todo o planejamento previsto no PDTI. Também aquisição de maior infraestrutura de armazenamento para viabilizar os projetos como Dossiê Eletrônico e o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) que têm como principais objetivos a redução do consumo de papel e o aumento da produtividade com o uso de plataformas digitais para as análises de crédito e processos administrativos.

Sobre os investimentos em tecnologia, o Banco destina valores maiores a cada ano nesse setor, visando atender com segurança e conforto os clientes e usuários. Em 2015, foram investidos mais de R\$34,0 milhões em Tecnologia, já em 2016 foram destinados mais de R\$72,0 milhões à área, representando uma elevação de mais de 100% em relação ao ano anterior. Esses investimentos estão alinhados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

No exercício de 2016, o Banco assinou acordo de cooperação técnica com a empresa Terras, detentora do aplicativo de captura de coordenadas geodésicas via imagens de satélite, que permitirá atender às demandas referentes à análise e monitoramento de operações de crédito. O aplicativo permitirá uso de sensoriamento remoto para fiscalização, registro das coordenadas geodésicas (segundo Resolução nº 4.427/2015 do Bacen) para empreendimentos em análise de financiamento e/ou financiados, além de análise de riscos socioambientais de operações de crédito rural na Amazônia Legal.

11. OUTROS DESTAQUES

Programa de Apoio a Pesquisa

O Banco da Amazônia apoia financeiramente instituições e universidades da Região para a elaboração de projetos relacionados com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e atividades de pesquisa científica e tecnológica, que contemplem ações de transferência de tecnologia com capacitação. Do início do programa até 2016, o Banco apoiou 378 pesquisas, com recursos de R\$28,2 milhões.

Prêmios Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – Edição 2016

Os Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente têm por objetivo identificar projetos inovadores nas áreas ambiental, econômico-tecnológica e social, além do reconhecimento de personalidades que contribuem para o desenvolvimento da Região (categoria Personalidade Amazônica). Buscam, ainda, a identificação de projetos com abordagem integrada, com potencial de transformação da realidade socioeconômica, iniciativas de suporte ao desenvolvimento regional, tendo como compromisso estimular o desenvolvimento de projetos inovadores na Amazônia Legal, e reconhecimento de empresas que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Região.

No ano de 2016, teve dois certames de apoio à inovação tecnológica da Região Amazônica – Prêmios professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – homenagearam a Cidade de Belém (PA), que completou 400 anos; o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEP PARA e o Museu Paraense Emílio Goeldi, que completou 150 anos. Foram avaliados 171 trabalhos, originados de 19 estados, dentre os vencedores há projetos abrangendo tecnologia e meio ambiente, voltado para criatividade e melhor aproveitamento dos recursos naturais. O prêmio abrangeu duas categorias: Economia Criativa e Economia Verde, além do reconhecimento da Empresa Amazônia e de um microempreendedor de sucesso, com o prêmio Florescer.

Patrocínios

O Banco da Amazônia, por meio de patrocínios nos segmentos cultural, esportivo, social, ambiental, feiras e exposições, realiza em toda a região ações que favorecem a inclusão de pessoas deficientes, promovem a educação, o saneamento básico, incentivam o empreendedorismo, a reintegração de egressos do sistema penal na sociedade e estimulam o esporte e o lazer.

Neste ano, mais um edital de seleção pública foi divulgado, com investimentos em torno de R\$2,4 milhões. Essas ações fortalecem o apoio à cultura, ao esporte, a feiras e exposições e ações de caráter socioambiental, que trazem inúmeros benefícios para a sociedade amazônica e para o Banco.

Em 2016, o Banco participou da inauguração de mais uma etapa do Projeto Sanitário Ecológico Seco, em parceria com a Cáritas Metropolitana. Esse projeto já levou proteção ambiental, melhoria de vida e dignidade para mais de 1.000 pessoas localizadas nas ilhas próximas à capital paraense.

Durante 15 anos, o Banco incentiva o esporte, através do patrocínio dos atletas da equipe "All Star Rodas", que, neste ano, participaram da Paralimpíada do Rio, na modalidade basquete em cadeira de rodas.

Eventos

O Banco realizou, em outubro, transmissão ao vivo pelo YouTube e Facebook do Círio de Nazaré, considerado desde 2004 como patrimônio cultural de natureza imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Foi a primeira empresa da Região Norte a fazer esse tipo de transmissão, em que pessoas do mundo inteiro puderam acompanhar em tempo real a procissão.

No âmbito social, foram realizadas Gincana Social e pela Sustentabilidade, Natal Solidário, arrecadando produtos alimentícios, produtos de limpeza, primeiros socorros, roupas e brinquedos. A atuação do Banco nessas campanhas de voluntariado e cidadania reforça seu papel de empresa que respeita a natureza e as pessoas.

Grupamento de Ações

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Banco, realizada em 07 de março de 2016, entre outras matérias, aprovou a proposta da Administração para grupamento das ações na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), passando o Capital Social a ser composto de 29.645.967 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem alteração do valor do Capital Social, nos termos do artigo 12 da Lei 6.404/76.

O Banco Central do Brasil, por meio de Ofício datado de 20 de junho de 2016, homologou os atos da referida AGE.

A partir de 22 de agosto de 2016, as ações ordinárias representativas do capital social do Banco passaram a ser negociadas exclusivamente grupadas na proporção resultante do grupamento. As frações de ações foram separadas, grupadas em números inteiros e vendidas em dois leilões, na BM&FBovespa. O primeiro leilão ocorreu dia 05 de dezembro de 2016, sendo vendidas 133 ações e o segundo no dia 09 de janeiro de 2017, quando foram vendidas as demais. O pagamento correspondente à venda das frações provenientes do grupamento ocorreu dia 23 de janeiro de 2017.

Todas as orientações para os acionistas, sobre o assunto, constam nos Avisos aos Acionistas, disponíveis no site da CVM/Bovespa e no do Banco.

12. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Os planos de previdência complementar ofertados pelo Banco aos seus empregados são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf).

O Plano de Benefício Definido (PBD) e o Plano Misto de Benefícios (PMB) permanecem deficitários sem perspectiva de equacionamento. Esses planos abrigam 48% de todos os participantes da Capaf que não aderiram aos planos saldados implantados em 2013.

Com base no que estabelecem as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001, a Administração do Banco entende que deve ser reconhecido como obrigação 50% do déficit dos planos BD e Misto, tendo em vista que referida legislação define que as responsabilidades são paritárias entre patrocinador e participantes do plano de previdência complementar, no equacionamento de eventual déficit atuarial.

Este procedimento está referendado por parecer jurídico de advogados contratados pelo Banco, que evocaram, além das Leis Complementares acima referidas, o art. 202 § 3º da Constituição Federal que limita as contribuições ordinárias das patrocinadoras de planos de benefícios a 50,0% do déficit existente.

A sistemática adotada tem sido objeto de ressalva recorrente por parte da auditoria independente, por entender que o Banco deveria reconhecer a totalidade do déficit.

Para os casos em que há decisões judiciais individuais impondo ao Banco a obrigação integral por eventuais direitos de participantes, o Banco vem provisionando 100% do valor definido na condenação. Esses casos são situações específicas e o reconhecimento é efetuado na medida em que tais decisões passam a ter exigibilidade, e apenas nestes casos, em face da necessidade de se dar cumprimento à decisão judicial.

Em cumprimento a determinação judicial exarada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 0000302-75.2011.5.08.0008, desde março de 2011 o Banco vem repassando à Capaf, mensalmente, o valor da insuficiência para pagamento da folha do Plano de Benefício Definido (PBD). No exercício importou em R\$41,5 milhões (R\$35,7 milhões em 2015).

O exercício de 2016 encerrou com as seguintes provisões relacionadas aos planos de previdência complementar administrados pela Capaf:

- valor repassado a maior de 2001 a 2005: R\$107,8 milhões;
- causas judiciais classificadas pelo jurídico como de risco provável: R\$49,6 milhões;
- registro de 50% do déficit do plano BD e Misto, calculado de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695/2012: R\$404,3 milhões;
- penhoras de responsabilidade da Capaf que o Banco está honrando para posterior ressarcimento: R\$175,5 milhões.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

A Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

A ação rescisória foi admitida a julgamento pelo relator que concedeu antecipação de tutela no sentido de suspender a tramitação da ação coletiva nº 1164-2001-001-16-00-2, que se encontrava em liquidação de sentença, até o trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida nos autos da rescisória.

Registramos que a rescisória tramita em fase de conhecimento e está pendente de julgamento.

O Banco foi intimado a compor a lide e se habilitou no processo na qualidade de assistente da União. O Sindicato do Maranhão contestou a ação. Não houve recurso contra a liminar, mas o Sindicato pediu reconsideração do despacho que deferiu a liminar em sede de antecipação de tutela, o que foi negado pelo Relator.

13. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Em referência à Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no exercício de 2016, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.